



0631918



08000.025767/2017-18



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
 SCS - B - Quadra 09 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A  
 Brasília, DF, CEP 70308-200. - <http://www.mdh.gov.br>

**CONTRATO Nº 42/2018-SEI**

PROCESSO Nº 08000.025767/2017-18

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO, QUE FAZEM  
 ENTRE SI A UNIÃO, REPRESENTADA  
 PELO MINISTÉRIO DOS DIREITOS  
 HUMANOS - MDH, POR INTERMÉDIO DA  
 COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA -  
 CGL, E A EMPRESA PEUGEOT CITROËN  
 DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

A União, representada pelo **MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS**, por intermédio da **COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA**, com sede no Setor Comercial Sul – B, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, CEP 70308-200, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 27.136.980/0008-87, neste ato representada pelo **COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA**, Senhor **LUIZEVANE SOARES DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 2079385 - SSP/DF e do CPF nº 704.505.601-04, nomeado pela Portaria nº 24, de 14 de março de 2018, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 19 de março de 2018, e com subdelegação de competência fixada pela Portaria nº 77, de 9 de abril de 2018, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União, de 19 de abril de 2018, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **PEUGEOT CITROËN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.405.936/0001-73, sediada na Avenida Renato Monteiro nº 6.901 e 6.200 (Parte), Pólo Urbo Agro Industrial, CEP 27570-000, Porto Real, Estado do Rio de Janeiro - RJ, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **PAULO ROBERTO DE LUCCA**, portador da Carteira de Identidade nº 10.693.519, expedida pela SSP/SP, e CPF nº 041.945.258-33, tendo em vista o que consta no Processo nº 08000.025767/2017-18 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 7/2017, mediante as Cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de Automóvel Misto Utilitário, tipo *Station Wagon* – SW, *Sport Utility Vehicle* – SUV ou *Minivan*, customizados para atendimento da Ação de Equipagem dos Conselhos Tutelares da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos – SNDCA/MDH, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade Total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Automóvel, misto, utilitário, tipo Station Wagon – SW, Sport Utility Vehicle – SUV ou minivan, conforme Anexo I do Termo de Referência.	Unidade	192	R\$ 55.361,00	R\$ 10.629.312,00

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 meses, contados a partir de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 10.629.312,00 (dez milhões, seiscentos e vinte e nove mil trezentos e doze reais)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, na classificação abaixo:

PTRES	Fonte	Empenho
147963	100	2018NE800678
147973	100	2018NE800679
147975	100	2018NE800681
147985	100	2018NE800682
147986	100	2018NE800683
147989	100	2018NE800684
147993	100	2018NE800686
147998	100	2018NE800687
148003	100	2018NE800688
148007	100	2018NE800690
148015	100	2018NE800691
148018	100	2018NE800692
148026	100	2018NE800694
148029	100	2018NE800695
148032	100	2018NE800696
148037	100	2018NE800698
148040	100	2018NE800699
148044	100	2018NE800700
148045	100	2018NE800701
148050	100	2018NE800702
148055	100	2018NE800703
148058	100	2018NE800704
148072	100	2018NE800705
148073	100	2018NE800706
148076	100	2018NE800707
148077	100	2018NE800709
148078	100	2018NE800710
148079	100	2018NE800711
148092	100	2018NE800712
148095	100	2018NE800713
148097	100	2018NE800714
148100	100	2018NE800715
148105	100	2018NE800716
148106	100	2018NE800717
148108	100	2018NE800718
148112	100	2018NE800719
148114	100	2018NE800720
148115	100	2018NE800721
148116	100	2018NE800722
148122	100	2018NE800723
148130	100	2018NE800724
148131	100	2018NE800725
148132	100	2018NE800726
148133	100	2018NE800727

148139	100	2018NE800728
148141	100	2018NE800729
148142	100	2018NE800731
148143	100	2018NE800732
148145	100	2018NE800733
148146	100	2018NE800735
148152	100	2018NE800736
148155	100	2018NE800737
148157	100	2018NE800738
148158	100	2018NE800739
148160	100	2018NE800740
148161	100	2018NE800742
148163	100	2018NE800743
148164	100	2018NE800744
148165	100	2018NE800746
148170	100	2018NE800747
148171	100	2018NE800748
148172	100	2018NE800750
148173	100	2018NE800751
148174	100	2018NE800752
148175	100	2018NE800753
147990	100	2018NE800764
148117	100	2018NE800765
148180	100	2018NE800766
149900	100	2018NE800768

5. **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. **CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE**

6.1. O preço é fixo e irrevogável.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pelo CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

8.1. As obrigações do CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. **CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. As sanções relacionadas à execução do Contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO**

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80, da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VEDAÇÕES**

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

12.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Brasília/DF.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado e disponibilizado, eletronicamente, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, assinado pelos contraentes.

*documento assinado eletronicamente*

**LUIZEVANE SOARES DA SILVA**

Coordenador-Geral de Logística

**Contratante**

*documento assinado eletronicamente*

**PAULO ROBERTO DE LUCCA**

Peugeot Citroën do Brasil Automóveis Ltda

**Contratada**

### Testemunhas:

*documento assinado eletronicamente*

Nome:

CPF:

*documento assinado eletronicamente*

Nome:

CPF:



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO DE LUCCA**, Usuário Externo, em 21/12/2018, às 17:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luizevane Soares da Silva**, Coordenador(a) Geral de Logística, em 27/12/2018, às 16:03, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0631918** e o código CRC **194345B2**.

---

**Referência:** Processo nº 08000.025767/2017-18

SEI nº 0631918